



A Ditadura Militar nas linhas e entrelinhas do Jornal Folha do Oeste, de Guarapuava. Período: 1964 a 1968¹

Layse Pereira Soares do NASCIMENTO²
Universidade de Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa teórico-metodológica que encontra-se na fase inicial de levantamento bibliográfico referente à temática Ditadura no Brasil e Paraná. Este estudo pretende investigar como a ditadura militar é apresentada, por meio de notícias, reportagens ou artigos, nas páginas do jornal Folha do Oeste, de Guarapuava, Paraná, no período de 1964 a 1968. O livro reportagem Brasil Nunca Mais, resultado de uma pesquisa que conseguiu reunir quase a totalidade dos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar Brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, inspirou este estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Jornal; Censura; Semanário; Artigo; Notícia; Ditadura.

A ditadura nas páginas do jornal

Ao propor uma reflexão sobre a função do jornal, Ricardo Noblat (2002, p.21) afirma: “Um jornal é ou deveria ser um espelho da consciência crítica de uma comunidade em determinado espaço de tempo.” O autor considera que o jornal deve ir além do simples fato de noticiar. “Não é simplesmente uma espécie de ata do cotidiano de um lugar ou de um ajuntamento de lugares” (NOBLAT, 2002, p.21). “O jornal é um serviço público e, como tal, mais do que informações e conhecimento, deve transmitir entendimento.” (NOBLAT, 2002, p.22).

O semanário Folha do Oeste, de Guarapuava, fundado em 28 de fevereiro de 1937, é objeto de pesquisa de um estudo que se propõe a analisar como o referido jornal fez a cobertura da ditadura militar no Brasil, no período de 1964 a 1968. Com o estudo pretende-se verificar se o jornal, como propõe Noblat, foi além de apenas informar.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 17 a 19 de maio de 2010.

² Jornalista e professora do curso de Comunicação Social da Unicentro, PR., doutoranda em Comunicação, do Programa Interinstitucional UFRJ-Unicentro.



O Golpe Militar de 31 de março de 1964, com base na doutrina de segurança nacional, acabou impondo um modelo de organização do estado em detrimento dos direitos civis.

“A Constituição de 1946, elaborada por representantes de todos os partidos, foi substituída pela “constituição” de 1967, discutida e votada em apenas cinco dias e aprovada por um Congresso Nacional debilitado pelas cassações. Em 1969 entrou em vigor uma emenda constitucional que nem sequer foi discutida pelo Congresso, na época em recesso. Entre a derrubada de Jango e a Carta de 69 foram editados cinco atos institucionais que, juntamente com os atos complementares, as leis de imprensa, de Segurança Nacional e outras, formaram o elenco das leis de exceção.” (HELLER;DUARTE, 2000, p.21)

O Ato Institucional número 1, de 9 de abril de 1964, o AI-1, entre outras medidas, estabelecia a eleição do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco pelo Congresso Nacional, suspendia garantias constitucionais de servidores públicos civis e militares, instituiu processo sumário de investigações sem exame do Poder Judiciário para delitos contra a segurança nacional; criou a suspensão por dez anos de direitos políticos de cidadãos punidos e a cassação de mandatos parlamentares e instituiu a Comissão Geral de Investigações para apurar delitos políticos. Até 1968, os Atos Institucionais passaram a ser em número de cinco que, em linhas gerais, ampliavam o poder da Justiça Militar em detrimento do Poder Judiciário. Aqui também é instituída a censura prévia aos meios de comunicação.

O livro reportagem Brasil Nunca Mais, resultado de uma pesquisa que conseguiu reunir quase a totalidade dos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar Brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, inspirou este estudo. Na pesquisa efetuada para o livro reportagem, foram obtidas cópias de 707 processos completos e dezenas de outros incompletos além de depoimentos relatando torturas. “Do abuso cometido pelos interrogadores sobre o preso, a tortura no Brasil passou com o Regime militar, à condição de “método científico”, incluído em currículos de formação de militares”. (BNM, 1985, p.32)

De acordo com o livro reportagem (BNM, 1985, p.143), quinze dos processos estudados na Pesquisa Brasil Nunca Mais se referiram a jornalistas que foram enquadrados criminalmente por matérias publicadas em veículos legais, nos quais exerciam sua legítima atividade profissional. Invariavelmente, esses réus são acusados de criticar o Regime Militar ou autoridades constituídas, de forma a “incitar o ódio entre



as classes” e a “animosidade contra as Forças Armadas”. Entre os casos relatados, está o jornalista Hélio de Azevedo, em 1970, do jornal Folha do Oeste, de Guarapuava, processado por uma série de artigos publicados entre 1969 e 1970, que criticavam o prefeito local.

Entre as inúmeras ferramentas legais utilizadas pelo Regime para complementar o campo de repressão garantido pela Lei de Segurança Nacional, ocupou papel de destaque a Lei de Imprensa, de fevereiro de 1967, que cerceava gravemente o direito de informar.

“Apesar da existência dessa lei específica, regularmente aplicada contra profissionais de imprensa que divulgavam críticas ou notícias incômodas às autoridades, foi muito freqüente a exacerbação do procedimento acusatório, que deixava de lado a Lei de Imprensa para invocar a Lei de Segurança Nacional .”
(BNM, 1985, p. 144)

Quando os militares tomaram o poder em 1964, o jornal Folha do Oeste já contava com 27 anos de circulação. A relevância deste estudo está na possibilidade de avançar o conhecimento sobre as características de um veículo de comunicação guarapuavano e a promoção da reflexão sobre a sua função social, durante o período da ditadura militar. Há que se considerar que neste período Guarapuava atravessava um processo de urbanização acompanhado da implantação de atividades econômicas distribuídas pelos setores primário, secundário e terciário, conforme descreve Márcia Tembil:

“O crescimento da atividade madeireira, aliada, na sequência, à intensificação do fluxo migratório resultante da vinda dos suábios na década de 1950, e do alargamento das fronteiras agrícolas que atraiu contingente populacional do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e de outras cidades do Paraná, nas décadas de 1960 e 1970, modificou substancialmente a vida da cidade guarapuavana, uma vez que implicou transformações nas bases produtivas e na posse da terra que, até então, fundava-se na relação “latifundiário-proletário rural”. De acordo com Abreu, desta nova conjuntura nasceu “uma classe social média mais participante e com maiores percepções do seu espaço social e geográfico”.” (TEMBIL, 2007, p.93)

É neste cenário, de uma Guarapuava sintonizada com os ideais de modernidade e de



desenvolvimento, desencadeando novas relações sociais, que este estudo ocorrerá. Afinal, a Folha do Oeste assumiu o papel de espelho da consciência crítica da comunidade guarapuavana no período da ditadura militar?

Segunda Lúcia Santaella (2001, p.112), “Toda pesquisa nasce, portanto, do desejo de encontrar uma resposta para uma questão. Aliás, um tal desejo se constitui sempre na mola central de uma pesquisa, principalmente da pesquisa científica (...)”. Este estudo pretende investigar como a ditadura militar é apresentada, por meio de notícias, reportagens ou artigos, nas páginas do jornal Folha do Oeste, e de que forma a seleção de notícias publicadas no semanário evidencia a linha editorial do período selecionado (1964 a 1968).

Trata-se de uma pesquisa teórico-metodológica que encontra-se na fase inicial de levantamento bibliográfico referente à temática Ditadura no Brasil e Paraná. Também será desenvolvido um breve estudo do comportamento dos jornais brasileiros, neste período, suas técnicas e estilos. A pesquisa documental dos jornais Folha do Oeste, de 1964 a 1968, com análise de notícias, reportagens e artigos ocorrerá conjuntamente com as leituras. Uma pesquisa exploratória realizada na Biblioteca Municipal de Guarapuava revelou a existência dos periódicos em arquivo. Entretanto, constatou-se a ausência de alguns exemplares, o que não deve comprometer o resultado final da pesquisa uma vez que a análise ficará centralizada nos números disponíveis.



REFERÊNCIAS

Brasil Nunca Mais. Org. Arquidiocese de São Paulo: Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985

GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada.

HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles González. **Memórias de 1964 no Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial: 2000.

NOBLAT, Ricardo. **A Arte de Fazer um Jornal Diário.** São Paulo:Contexto, 2003.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e Pesquisa.** São Paulo: Hacker Editores, 2001.

TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna: Guarapuava Reconstituindo histórias, tecendo memórias.** Guarapuava: Editora Unicentro, 2007.